

PROCESSO N. 77



ESTADO DE RONDÔNIA  
Câmara Municipal de Cacoal

PROCESSO N.

77

2022

ARQUIVO N.

ASSUNTO: DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DA LEI N. 2.373/PMC/2008 –  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FAZER CONCESSÃO  
DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO À EMPRESA  
ARMAZENS GERAIS BORGHİ LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTOR: EXECUTIVO MUNICIPAL

ANEXOS: OFÍCIO N. 156/GP/PGM/2022 - MENSAGEM AO PROJETO DE LEI N. 75/2022

PROJETO DE LEI N. 75/2022

MOVIMENTAÇÃO DO PROCESSO

	DESTINO	DATA
01	DIR. LEGISLATIVA	03/05/2020
02	DIR. COMISSÕES	___/___/___
03	ASSESSORIA JURÍDICA	___/___/___
04	C.P.L.J. REDAÇÃO FINAL	___/___/___
05		___/___/___
06		___/___/___
07		___/___/___
08		___/___/___
09		___/___/___
10		___/___/___
11		___/___/___
12		___/___/___
13		___/___/___
14		___/___/___
15		___/___/___
16		___/___/___
17		___/___/___
18		___/___/___
19		___/___/___
20		___/___/___
21		___/___/___
22		___/___/___
23		___/___/___



*Câmara Municipal de Cacoal*  
*Diretoria Legislativa*

---

**PROCESSO N. 77/2022**

**PROJETO DE LEI N. 75/2022**

**À DIRETORIA DAS COMISSÕES:**

Encaminhamos a presente proposição, apresentada na 12ª sessão ordinária, em 11 de maio de 2022, para apreciação e devidas providências pela Assessoria Jurídica e Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, em conformidade com o artigo 115 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

**Palácio Catarino Cardoso dos Santos, em 11 de maio de 2022.**

JOÃO PAULO PICHEK  
Presidente da Câmara Municipal de Cacoal

WILLIAN ORTOLANE CORDEIRO  
Diretor Legislativo





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DE CACOAL  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

*Antônio*  
Cintia C. S. Almeida  
Assessoria D.L.

OFÍCIO N. 156/GP/PGM/2022

Cacoal/RO, 08 de abril de 2022.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE,**

Com o presente, tenho a honra de submeter à apreciação de Vossas Excelências, o incluso Projeto de Lei que:

**“DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DA LEI N. 2.373/PMC/2008 – AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FAZER CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO À EMPRESA ARMAZENS GERAIS BORGHI LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ”**

Diante do exposto, na certeza da convicção de Vossas Excelências, contamos com aprovação do incluso Projeto de Lei.

Atenciosamente,

**ADAILTON ANTUNES FERREIRA  
PREFEITO**

Excelentíssimo Senhor  
**JOÃO PAULO PICHECK**  
MD. Presidente da Câmara Municipal

**CMC**  
**PROTOCOLO RECEBIDO**

Em: 03/05/2022  
Horas: 11:49  
Nº: 7346

*Ingrid*







ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DE CACOAL  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

---

**MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 75/2022**

**SENHOR PRESIDENTE**

**Senhores Vereadores,**

Com o presente, tenho a honra de submeter à apreciação de Vossas Excelências o incluso Projeto de Lei que:

**“DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DA LEI N. 2.373/PMC/2008 – AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FAZER CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO À EMPRESA ARMAZENS GERAIS BORGHİ LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ”**

Considerando o objeto da Lei n. 2.373/PMC/2008, qual seja, a concessão de direito real de uso de imóvel público à Armazens Gerais Borghi LTDA.

Considerando o descumprimento dos requisitos estabelecido na Lei n. 2.373/PMC/2008, pela empresa Armazens Gerais Borghi LTDA.

Considerando o Despacho de fls. 144/145 emitido pela Comissão de Revisão de Atos Administrativos de Doação e Concessão de Direitos Reais de Uso do Parque Industrial e outros imóveis, anexo ao Processo Administrativo n. 2146/BRANCO/2008.

Diante do exposto, na certeza da convicção de Vossas Excelências, contamos com a aprovação do incluso Projeto de Lei.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero votos de elevada estima e distinta consideração.


Atenciosamente,

**ADAILTON ANTUNES FERREIRA**  
**PREFEITO**





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DE CACOAL  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

  
Cintia C. S. Almeida  
Assessoria D.L.

PROJETO DE LEI Nº 75 /PMC/2022

DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DA LEI N.  
2.373/PMC/2008 – AUTORIZA O PODER  
EXECUTIVO MUNICIPAL A FAZER  
CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE  
IMÓVEL PÚBLICO À EMPRESA ARMAZENS  
GERAIS BORCHI LTDA E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE CACOAL, no uso de suas atribuições legais, faz saber que  
o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada a Lei nº. 2.373/PMC/2008 – AUTORIZA O PODER  
EXECUTIVO MUNICIPAL A FAZER CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE  
IMÓVEL PÚBLICO À EMPRESA ARMAZENS GERAIS BORCHI LTDA E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cacoal/RO, 08 de abril de 2022.

ADAILTON ANTUNES FERREIRA  
Prefeito

DEBORAH MAY DUMPIERRE  
Procuradora-Geral Do Município  
OAB/RO N. 4372





Prefeitura de  
**Cacoal**  
AQUI TEM TRABALHO, AQUI TEM PROGRESSO!  
PREFEITURA DE CACOAL - RO RUA ANÍSIO SERRÃO, 2100, CENTRO.



**SEMICT**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE  
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

2146/08  
172

## DESPACHO

À Procuradoria Geral do Município

Processo Administrativo 2146/2008

Cessionária (a): **Armazéns Gerais Borghi LTDA**

CNPJ: 06.348.467/0001-03

Lei 2.373/PMC/2008

Localização: Setor Industrial,

Senhor Procurador,

Em atenção ao despacho fl. 167, esta Secretaria oficiou a cessionária **Armazéns Gerais Borghi LTDA** através do Ofício 065/SEMICT/2021 para providenciar a baixa imediata da hipoteca conforme fl. 168.

Após, reiteramos o Ofício 065/SEMICT/2021.

Sendo assim, encaminhamos os autos do processo para as providências cabíveis considerando todos os fatos já expostos nos autos.

Cacoal, 15 de fevereiro de 2022

ELIZEU DIAS DOS SANTOS

Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Turismo  
Decreto Municipal Nº 8.015/PMC/2021



Auto

Dispacho

Que seja as auto e forças junto  
ao Banco credit se houve pagamento  
do débito para baixa da hipoteca.

Cauçal, 24/02/22

Nelson Araújo Escudero Filho  
Procurador do Município  
OAB/RO 187



2146/08

PROCESSO Nº	
FOLHA	173


*fr*

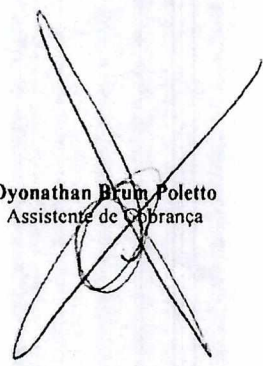
Cacoal, 17 de março de 2022

A  
Elizeu Dias dos Santos  
Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Turismo

Em atendimento ao OFÍCIO 40/SEMICT/2022 de 09 de março de 2022, informamos que as hipotecas estão vigentes devido a financiamentos contraídos pelas empresas. Logo, essas hipotecas **NÃO** estão liquidadas/quitadas.

Atenciosamente,

  
Rodrigo França Ferreira  
Gerente Geral

  
Dyonathan Brum Poletto  
Assistente de Cobrança

*Paulo m*  
17.03.22  
*Amil*



ento

Em atendimento ao despacho fl. 172v, encaminhando os autos do processo para providências.

Cacoal, 18.03.22

Elizeu Dias dos Santos  
Sec. de Indústria, Com. e Turismo  
Dec. nº 8015/PMC/2021

Despacho

Ào Administrativo para elaboração de projeto de lei de revogação.

Cacoal, 23/03/22

Nelson Araújo Escudero Filho  
Procurador do Município  
OAB/RO 787

**PROCESSO:** 2146/2008

**DA:** Comissão de Revisão de Atos Administrativos de Doação e Concessão de Direitos Reais de Uso do Parque Industrial e outros imóveis

**PARA:** Procuradoria Geral do Município (PGM)

**DESPACHO**

A Comissão de Revisão de Atos Administrativos de Doação e Concessão de Direitos Reais de Uso do Parque Industrial e outros imóveis, após análise dos autos do processo 2146/2008, passa a discorrer e solicitar parecer jurídicos e providências necessárias à propositura de ação de anulação da concessão e reversão do imóvel ao patrimônio público, como segue:

1. Consta dos autos do processo 2146/08 que a cessionária Armazéns Gerais Borghi LTDA recebeu por meio da Lei 2.373/PMC/2008 a concessão de direito real de uso do Lote 14-D da Quadra 14 do Parque Industrial, com área de 3.000 m<sup>2</sup> e implantou a construção de um barracão com área de 1.010,16 m<sup>2</sup> (Galpão e Escritório, conforme documentos às Fls. 70). Entretanto, a cessionária paralisou suas atividades e encontra-se em funcionamento no local duas empresas diversas da cessionária (Armazéns Gerais WR EIRELI EPP, CNPJ 20.337.248/0001-50 e Vinicius Júnior Borghi EPP, CNPJ 17.214.231/0001-09), conforme identificado pela fiscalização (Fls. 70) e reconhecido pela própria cessionária em sua defesa, conforme documento às Fls. 97-99.
2. Consta dos autos certidão do CRI (Fls. 63) que foi averbada concessão em favor da cessionária, e ainda consta que ali está registrado que o imóvel cedido foi dado em garantia hipotecária de financiamento junto ao Banco da Amazônia S/A, financiamento este que se encontra inadimplente (conforme documentos às Fls. 69-72), tendo sido relatado na defesa da cessionária, bem como das demais empresas, que há uma discussão judicial entre os ex-sócios sobre tal dívida e a responsabilização pelos ônus da empresa, conforme defesa da cessionária às Fls. 97-99.

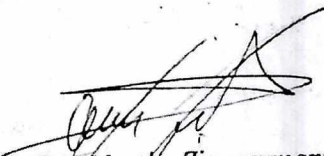


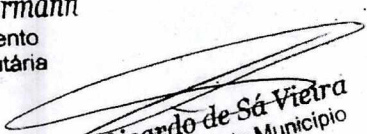
3. Ocorre que, conforme o artigo 2º e seu parágrafo único da Lei 2.373/PMC/08, o cessionário não pode dar destinação diversa e nem gravar o imóvel de qualquer ônus, a qualquer título, não podendo ceder ou transferir o imóvel de forma gratuita ou onerosa por um prazo de 15 anos, implicando tal descumprimento em rescisão da concessão e sua consequente extinção, sem direito a retenção ou indenização por benfeitorias.

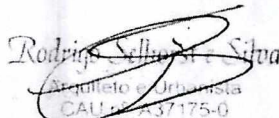
### CONCLUSÃO

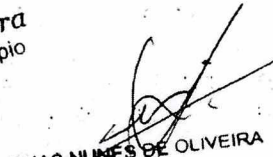
Ante o exposto, considerando os fatos relatados pela fiscalização de obras e postura do município (as Fls. 70-72), a certidão do CRI (Fls. 63), bem como que a empresa foi notificada a apresentar justificativa sobre o fato de ter encerrado suas atividades e cedido o imóvel para instalação de duas outras empresas diversas da relação contratual de concessão estabelecida por meio da Lei 2.373/PMC/08, sem qualquer autorização legal do município de Cacoal, a Comissão opina por insubsistentes os fatos apresentados pela defesa (Fls. 97-99) e encaminha os autos à Procuradoria Geral do Município para análise e providências legais de possível propositura de ação judicial para anulação da concessão e reversão do imóvel ao patrimônio do município, sem qualquer indenização ou retenção de benfeitorias à cessionária.

Cacoal, RO, 15 de Setembro de 2020.

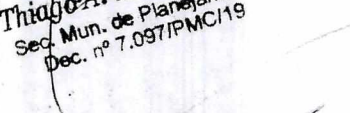
  
Milton Martin Zimmermann  
Chefe do Departamento  
de Fiscalização Tributária  
Portaria 0586

  
Ricardo de Sá Vieira  
Procurador do Município  
OAB-RO 995

  
Rodrigo Silva  
Arquiteto e Urbanista  
CAU 133715-0

  
ELIAS NUNES DE OLIVEIRA  
Sec. Mun. de Ind. Com. e Turismo  
Dec. N. 7 184/PMC/2019

  
Thiago  
Sec. Mun. de Planejamento  
Dec. nº 7.097/PMC/19

  
Itamar Neris da Silva  
Chefe de Departamento de  
Fiscaliz. de Obras e Posturas  
Port. Nº 0408/PMC/2017